

## O ARQUIVO GAMA LOBO SALEMA (SÉCS. XV – XX): TEMAS E PROBLEMAS ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUIVÍSTICA

RITA SAMPAIO DA NÓVOA \*

*“What is in the archive? How did it get there? By what political or cultural construct were the records assembled and presented? What, then, is the authority of the records in validating a historical understanding? What is not there? What is the authority of the absence in affirming broad cultural realities? The archive thus moves from being a place of study to becoming the object of study”<sup>1</sup>*

### Introdução

Longe das premissas de «objectividade» e «cientificidade» positivistas, que promoviam a Arquivística como «ciência auxiliar» da História, os arquivistas como “guardiães passivos”<sup>2</sup> da documentação ao serviço dos historiadores e os arquivos como “resíduos naturais e orgânicos da actividade humana”<sup>3</sup> virginalmente conservados ao longo dos séculos, as últimas décadas trouxeram novos pressupostos lançados por uma, também ela, «Nova Arquivística», progressivamente sintonizada com os desafios pós-modernistas<sup>4</sup> e com as exigências da Era da Informação.

Autónoma, metamorfoseada e ao abrigo de um novo paradigma, esta «ciência» arquivística renovada depressa contaminou a sua antiga disciplina-mãe ao chamar particular atenção para a necessidade de

---

\* Doutoranda em História (área de especialização: Arquivística Histórica) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em co-tutela com a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Bolseira de investigação em Doutoramento da Fundação para a Ciências e Tecnologia. Investigadora associada do Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL. E-mail: ritalsnova@yahoo.com.

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o precioso contributo oferecido por Embaixador António Pinto da França, actual proprietário do Arquivo Gama Lobo Salema, a quem agradeço não só a disponibilização do acesso ao acervo mas também a enorme amabilidade e hospitalidade com que tenho vindo a ser recebida na Quinta da Anunciada Velha. Agradeço também à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rosa o apoio incansável, as sugestões e as correcções.

<sup>1</sup> BLOUIN JR., Francis X., “History and Memory: The Problem of the Archive”, in *PMLA*, vol. 119, nº. 2 (Mar. 2004), p. 297.

<sup>2</sup> COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists and the Changing Archival Landscape”, in *The Canadian Historical Review*, 90, 3, Setembro 2009, p. 533

<sup>3</sup> COOK, Terry, “Landscapes of the Past: Archivists, Historians and the Fight for Memory” (conferência proferida em Madrid a 23 de Junho de 2010) [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em [http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia\\_Terry\\_Cook.pdf](http://www.mcu.es/archivos/docs/MC/AHN/Conferencia_Terry_Cook.pdf).

<sup>4</sup> Sobre a influência do pós-modernismo na «Nova Arquivística» ver, a título de exemplo: SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry, “Archives, records, and power: The making of modern memory”, *Archival Science*, vol. 2, nºs 1 – 2 (2002), pp. 1-19; COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan, “Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance”, *Archival Science*, vol. 2, nºs 3-4 (2002), pp. 171-185; COOK, Terry, “Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives”, *Archivaria*, 51 (2001), pp. 14-35; JIMERSON, Randall, “Embracing the Power of Archives”, *American Archivist*, vol. 69, nº 1 (2006), pp. 19-32; NESMITH, Tom, “Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives”, *American Archivist*, vol. 65, nº 1 (2002), pp. 24-41; GREENE, Mark, “The Power of Meaning: The Archival Mission in the Postmodern Age”, *American Archivist*, vol. 65, nº 1 (2002), pp. 42-55; KETELAAR, Eric, “Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection”, *Archival Science*, vol. 2, nºs 3-4 (2002), pp. 221-238.

rever algumas das tendências - ou “resíduos tóxicos”<sup>5</sup> para usar uma expressão de Patrick Geary – de herança positivista. Dessa contaminação resultaram dois movimentos essenciais que marcam o compasso de diversas das principais discussões hoje tecidas acerca da metodologia e da teoria da História: o *archival turn* (“viragem arquivística”), sobretudo animado pela produção científica ligada aos EUA, Inglaterra e Canadá; e o *tournant documentaire* (“viragem documental”), propagado por autores oriundos de França, Bélgica, Espanha, Itália e, em menor medida, Portugal.

Apesar de cada uma destas viragens apresentar características específicas<sup>6</sup>, ambas partilham, no entanto, uma mesma essência que aponta precisamente para a concepção dos arquivos (tanto os conjuntos documentais como as instituições) não só como “place of study”, isto é, como espaços e repositórios de informação passível de ser recolhida para a análise de dado objecto de estudo mas também como objectos de estudo em si mesmos, *per se* merecedores de um esforço problematizante.

Esta centralidade ocupada pelos conjuntos documentais, pelos arquivos-instituição e, consequentemente, pelo trabalho desenvolvido pelos arquivistas provocou, por seu turno, um intenso questionamento de algumas das mais enraizadas «evidências» cultivadas no seio da Historiografia.

Entre elas conta-se aquilo a que Joseph Morsel, um dos precursores do *tournant documentaire* em França, denominou “fetichismo do texto” (*fétichisme du texte*)<sup>7</sup> ou “textualização da História” (*textualisation de l’histoire*)<sup>8</sup>, isto é, a tendência para valorizar a documentação escrita apenas ou sobretudo no que ao seu conteúdo textual diz respeito, procedendo-se, assim, a uma “operação metódica de obliteração” (*opération méthodique d’«oblitération»*)<sup>9</sup> que faz secundarizar ou ignorar as componentes não textuais dos documentos como, por exemplo, o seu percurso de conservação.

Sintoma desta “operação” é a propensão para *naturalizar*<sup>10</sup> a existência de fontes ou a existência de arquivos, assumindo-os como o resultado *natural*, *orgânico* e, enfim, *evidente* da produção documental. Contrariando esta propensão, Morsel pergunta: “porquoi avons-nous des sources? «Porquoi» non pas au sens de «dans quel but, pour quel motif?», mais de «comment se fait-il que [nous ayons des sources]?»”<sup>11</sup>.

No âmago destas questões reside a noção de que a preservação de fontes e de arquivos, longe de poder ser entendida como um fenómeno *natural*, *orgânico* ou *evidente*, respondeu, antes, a complexos processos racionais e intencionais (leia-se, não acidentais ou nem sempre acidentais) que foram determinando

<sup>5</sup> GEARY, Patrick, “Uma paisagem envenenada: etnicidade e nacionalismo no século XIX”, in *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 2008, pp. 23-47.

<sup>6</sup> No geral, podemos afirmar que o *archival turn* revela um cariz mais teórico e plenamente pós-modernista, mais próximo à Ciência da Informação (*Archival Science*) e com um enfoque particular no papel representado pelo arquivo e pelos arquivos numa sociedade da Informação que hoje se pretende democrática, transparente, paritária e pós-colonialista. O *tournant documentaire*, por seu turno, surge de feição mais historiográfica – isto é, mais ligada à história dos arquivos – ao mesmo tempo que recupera algumas das preocupações «tradicionais» da Arquivística como, por exemplo, o tratamento e descrição da documentação.

<sup>7</sup> MORSEL, Joseph, “Du Texte aux Archives: le Problème de la Source”, in *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, Hors série n.º 2, 2008, p. 3 [Em linha. Consult. 12 Agosto 2010]. Disponível em <http://cem.revues.org/index4132.html>

<sup>8</sup> MORSEL, Joseph, “En guise d’introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiques”, in *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneux XIIIe – XXe siècle. Actes du Colloque International de Thoury (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 12.

<sup>9</sup> KUCHENBUCH, Ludolf, “Contribution à l’histoire d’une évidence méthodologique”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d’étude doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 295.

<sup>10</sup> MORSEL, Joseph, “Les Sources sont-elles «le Pain de l’Historien»?”, in *Hypothèses 1/2003. Travaux d’Étude Doctorale de Paris I*, Paris, Sorbonne, 2004, p. 281.

<sup>11</sup> MORSEL, Joseph, “Du Texte aux Archives...”, p. 2.

não só quais e quantos documentos deviam ser conservados - ou seja, quais e quantos era importante conservar e quais e quantos seriam (intencionalmente) destruídos - mas também a forma como essa conservação se deveria processar.

Nesse sentido, e como demonstra com particular enfoque o *archival turn*, os arquivos revelam-se como intrincadas construções sociais, culturais e políticas<sup>12</sup> permanentemente reconstruídas desde o momento da sua produção até às transformações operadas pelos arquivistas dentro dos arquivos-instituições e à sua utilização como «fontes» pelos historiadores. Cada reconstrução e cada etapa do percurso de conservação, levam, por seu turno, à transformação dos conjuntos documentais, adicionando-lhes novas camadas de significados distintas daquelas subjacentes à produção dos documentos.

Assim, sobre o contexto de produção, os acervos acumulam, por exemplo, os critérios de preservação, as intenções, as funções atribuídas aos arquivos ou as concepções acerca daquele contexto cultivados por todas as entidades que foram manipulando os conjuntos documentais ao longo dos séculos. Daí que os arquivos devam ser lidos não como vestígios documentais fossilizados que nos permitem aceder directamente às realidades que pautaram a criação dos registos escritos mas como “organismos vivos”<sup>13</sup> cujos constantes processos de mutação alteram a inteligibilidade dessas mesmas realidades.

Cabe, portanto, aos historiadores e aos arquivistas, antes de passarem à análise historiográfica e ao tratamento arquivístico dos conjuntos documentais, conhecer e desconstruir estes processos de forma a garantir uma compreensão plena dos seus objectos de estudo e evitar, como lembra Joseph Morsel, a confusão entre as lógicas que determinaram a produção dos documentos e as lógicas que estiveram por detrás da sua conservação<sup>14</sup>.

Os denominados «arquivos de família» não são excepção nem foram alheios a estes esforços de problematização promovidos pelas “viragens”, como prova o crescente número de obras que lhe têm sido dedicadas sobretudo em França, Espanha, Itália e também Portugal<sup>15</sup>. De facto, contradizendo uma outra tendência historiográfica que privilegiava o recurso aos arquivos produzidos por e conservados em instituições ou organismos públicos e estatais, a recente chamada de atenção para os arquivos de família levou à (re)descoberta de um leque alargado de potencialidades que por norma escapam àqueles conjuntos documentais «oficiais».

Sem ignorar as dificuldades que se erguem perante a identificação e o acesso a este tipo de arquivos – em Portugal, assim como em vários outros Países, está ainda por fazer o censo destes acervos<sup>16</sup> que, na sua maioria, se encontram na posse de proprietários privados de cuja disponibilidade depende, portanto, a

<sup>12</sup> BLOUIN, Francis X. Jr., “History and Memory...”, p. 298.

<sup>13</sup> BOURQUIN, Laurent, “Mémoire familiale, mémoire seigneuriale : le chartrier de Chalancey (XVe-XIXe siècle)”, in CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010, p. 211.

<sup>14</sup> MORSEL, Joseph, “En guise d'introduction...”, p. 23.

<sup>15</sup> Como, por exemplo : CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (ed.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l'Histoire de France, 2010; FAVIER, René (dir.), *Archives Familiales et Noblesse Provinciale. Hommage à Yves Soulingeas*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 2006; SÁEZ, Carlos (ed.), *Libros y Documentos en la Alta Edad Media. Los Libros de Derecho. Los Archivos Familiares. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, vol. II, Madrid, Calambur, 2002; *Il futuro della memoria. Atti del convegno internazionale di studi sugli archivi di famiglie e di persone (Capri, 9-13 settembre 1991)*, vol. 1 e 2, Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici, 1997; *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997.

<sup>16</sup> PEIXOTO, Pedro de Abreu, “Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal”, *Caderno BAD*, nº. 001, 2002, pp. 83-84.

consulta da documentação<sup>17</sup> -, tais potencialidades corporizam-se, em essência, no desvendar de novas perspectivas: por um lado, oferecem tipologias documentais raras ou estranhas à produção pública e estatal; por outro, testemunham a história de indivíduos, famílias ou instituições (vínculos, capelas, morgadios) pouco presentes ou mesmo ausentes dos registos públicos. Como resume Maria de Lurdes Rosa, “no cômputo global, pode dizer-se, em certos aspectos, que o uso desta documentação permite a entrada na História de actores até agora mal conhecidos, pouco conhecidos ou mesmo ignorados e, no seu conjunto, possibilita o questionamento de versões do processo histórico construídas, sobretudo ou apenas, a partir dos acervos dos corpos sociais mais «administralizados» e/ou mais representados nos arquivos do Estado nação”<sup>18</sup>.

Exemplo ilustrativo deste potencial é o denominado «Arquivo Gama Lobo Salema» (AGLS), que ocupará o centro do presente artigo. Hoje composto por cerca de 2000 registos produzidos, recebidos e conservados por diversos grupos familiares ao longo dos séculos XIV e XX, este acervo encontra-se em posse privada e, tanto quanto nos foi possível determinar, não foi ainda alvo de qualquer análise historiográfica.

Assim, o objectivo central das páginas que se seguem passa por dar a conhecer este arquivo e apresentar alguns dos temas e problemas surgidos no decorrer do estudo que temos vindo a desenvolver. Nesse sentido, focando não tanto conclusões definitivas mas antes propostas de leitura e reflexão, procuraremos, em primeiro lugar, acompanhar os percursos recentes do AGLS, analisando a sua história custodial e a sua organização actual. Na linha da história social, passaremos, de seguida, a uma breve caracterização das famílias representadas no acervo, evocando alguns exemplos que considerámos mais ilustrativos. Por fim, terminaremos com o estudo do arquivo integrado na história das famílias, analisando sinteticamente as suas práticas documentais e os usos, funções e significados que atribuíram ao conjunto documental.

## O Arquivo Gama Lobo Salema

### *Percursos recentes*

À semelhança de vários outros arquivos de família, o Arquivo Gama Lobo Salema parece ter perdido a sua função primordial, isto é, parece ter deixado de incorporar documentação e de, assim, manter uma relação orgânica com os grupos familiares responsáveis pela sua produção, gestão e preservação, por entre o primeiro quartel do século XX. O registo «orgânico» mais recente que nos foi possível identificar data de 1928, ao qual se juntam diversos apontamentos de índole genealógica<sup>19</sup>, produzidos ao longo da mesma centúria, que sugerem precisamente uma metamorfose do acervo, daí em diante valorizado pelos seus proprietários à luz do seu interesse histórico enquanto repositório de vestígios do passado das suas famílias.

Assim se manteve até inícios da década de 60, quando se desencadeia uma série de episódios que, por seu turno, veio introduzir novas alterações ao percurso do arquivo. Tais episódios são-nos revelados não só por intermédio de registos escritos mas também, e sobretudo, por um outro conjunto de fontes que,

<sup>17</sup> GONZÁLEZ, Carlos Mas, “Cuadros de Clasificación de Archivos Nobiliarios. La Iniciativa de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional”, in SÁEZ, Carlos (ed.), *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita*, Calambur, 2002, vol. II, p. 493.

<sup>18</sup> ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas Históricas e Arquivísticas Actuais para o Estudo dos Arquivos de Família Portugueses (Épocas Medieval e Moderna)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 2009, pp. 36-37.

<sup>19</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. (caixa) 1, p. (pasta) 1 – 2.

quanto a nós, assume uma importância particular no estudo desta tipologia de arquivos: a memória e as narrativas orais.

Ao contrário das práticas de produção e preservação documental ao nível das instituições públicas ou estatais, a constituição, conservação e gestão dos arquivos de família não responde, na grande maioria dos casos, a regulamentos formalmente concebidos e articulados pelas entidades produtoras e/ou conservadoras. Nesse sentido, é necessariamente limitada a capacidade dos testemunhos documentais de atestar tanto as transformações que foram sendo sofridas pelos acervos como as motivações que estiveram por detrás dessas mesmas transformações.

Daí que os arquivos de família convidem àquilo que Claude-Isabelle BreLOT denominou “etnologização da História” (*etnologisation de l'Histoire*)<sup>20</sup>, isto é, à aliança entre a recolha de relatos orais e a interpretação das fontes escritas. Neste quadro, a memória individual e a memória familiar surgem como recursos que, aliados aos vestígios documentais, possibilitam não só o preenchimento de lacunas deixadas por estes últimos mas também a recuperação de informação que não chegou a ser fixada pela escrita.

Foi precisamente através desta aliança que nos foi possível reconstituir as peripécias que marcaram os últimos 50 anos do percurso de preservação do Arquivo Gama Lobo Salema, peripécias essas que, de acordo com a narrativa construída pelo seu actual proprietário, começam no Outono de 1964:

Encontrando-se num almoço de família, o dito proprietário inquiriu alguns familiares acerca do paradeiro do acervo e foi informado que os «papéis» de família estavam na altura depositados na cave de um parente em Cascais, o qual tinha intenções de vender o arquivo por falta de espaço. Propondo-se resolver o problema, o actual proprietário sugeriu que o conjunto documental passasse para a sua posse, o que veio a acontecer pouco depois.

Deu-se então início à transferência dos documentos para uma nova localização em Lisboa, transferência essa que acabou por ser interrompida quando o novo proprietário se ausentou do País por motivos profissionais. Entretanto, a parcela do arquivo que ainda não tinha sido transferida foi recolhida por um outro familiar que, por seu turno, também viajou para fora de Portugal, levando consigo os documentos recolhidos.

O Arquivo Gama Lobo Salema permaneceu, assim, desmembrado durante alguns anos até que, já na década de 70, foi de novo reunido em Lisboa. Na mesma altura, um terceiro parente do proprietário, interessando-se pelo acervo, entrou em contacto com o arquivista/historiador Nuno Daupias d'Alcochete e encomendou-lhe a organização do arquivo e uma história da família – sendo que esta última parece não ter chegado a ser escrita ou, pelo menos, não foi divulgada –, o que levou a um outro traslado do acervo, desta feita para o local de trabalho do investigador.

Ali se conservou até finais da década de 90, data em que sofreu uma nova transferência, viajando para a residência privada do proprietário em Tomar, onde ainda hoje se encontra. Com o dealbar do século XXI, o detentor do arquivo escolheu doar o conjunto documental ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo com usufruto de reserva, celebrando-se a cerimónia de doação em Maio de 2008, onde foram apontadas as razões que o motivaram a abdicar da posse da documentação:

“Entretanto, ao longo dos anos, foram amadurecendo em mim algumas ideias no tocante ao Arquivo. Fui-me compenetrando que nos nossos tempos as pessoas deixaram de ter condições para guardar em casa algo de tão volumoso como um arquivo destes. Por certo ficaria o arquivo em risco de desagregação

<sup>20</sup> BRELOT, Claude-Isabelle, “Archives Privées, Archives Publiques, Mémoire Familiale: Questions de Méthode et de Déontologie”, in *Archives Familiales et Noblesse Provinciale. Hommage à Yves Soulinges*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 77.

após a minha morte. Foi aumentando em mim a percepção de que eu não era afinal senão um depositário de um património pelo qual devia zelar. Para além da minha responsabilidade para com a Família, cresceu também em mim a consciência de que eu também era depositário de um bem público. Decidi assim doá-lo à Torre do Tombo para garantir a sua preservação ao serviço do bem comum”<sup>21</sup>

Cerca de um ano depois, no seguimento desta postura face ao significado e à “responsabilidade” de possuir um “património” documental, o actual proprietário do Arquivo Gama Lobo Salema acordou a celebração de um protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a realização de uma dissertação de Doutoramento (ainda em curso) sobre o conjunto documental, na qual o presente artigo se integra.

Das várias questões que poderiam ser sublinhadas a partir deste percurso – como, por exemplo, a reflexão acerca dos valores e significados atribuídos aos arquivos (familiares ou outros) pelos proprietários que hoje os mantêm em posse privada; dos problemas que actualmente se erguem perante a identificação, acesso, estudo e preservação destes acervos; ou dos eventuais benefícios resultantes do diálogo entre proprietários privados, arquivos públicos e universidades com vista à resolução desses mesmos problemas – optamos por focar apenas uma, seguindo a linha das sugestões lançadas pelas “viragens” arquivística e documental: que consequências trouxeram estes percursos recentes e de que forma influenciam a história que hoje é passível de ser escrita acerca dos grupos familiares representados no acervo? Ou, por outras palavras, de que modo vieram condicionar ou alterar a inteligibilidade do passado depositado no Arquivo?

### *Organização actual*

Reflectir acerca destes problemas implica, antes de mais, atender à actual organização do conjunto documental que, como vimos, deve à intervenção arquivística encomendada pela família a Nuno Daupias d’Alcochete. Tal intervenção, que primou pela consulta cuidada e detalhada da grande maioria dos documentos conservados no acervo, concretizou-se, em primeiro lugar, na composição de resumos do conteúdo de cada um dos registos<sup>22</sup>, mais ou menos detalhados consoante os casos, e pela organização e distribuição da documentação por 274 pastas (e diversas subpastas) dispostas em 59 caixas.

O trabalho arquivístico foi depois continuado por Manuel Pereira, aluno de Daupias, a quem coube a produção de um inventário do arquivo, intitulado *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*<sup>23</sup>. Este último é composto por pequenas notas sobre o conjunto documental, por apontamentos genealógicos e biográficos de alguns dos indivíduos representados no acervo (sobretudo oriundos das famílias Gama Lobo, Salema e Gama Lobo Salema) e pelo inventário propriamente dito, onde foram inseridas versões abreviadas dos sumários referidos em cima.

<sup>21</sup> Excerto da comunicação proferida pelo actual proprietário do Arquivo Gama Lobo Salema a 7 de Maio de 2008 na cerimónia de doação do acervo ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A versão dactilografada da comunicação está anexa ao *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, o qual se encontra junto ao Arquivo Gama Lobo Salema (PEREIRA, Manuel Mamede de Almeida, *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, trabalho de seminário de Arquivística, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 1990 [versão dactilografada]).

<sup>22</sup> Os resumos encontram-se hoje dactilografados nas capilhas que compõem cada pasta e subpasta e são normalmente complementados com breves notas biográficas ou informativas sobre a história dos indivíduos e/ou propriedades a que os documentos dizem respeito.

<sup>23</sup> PEREIRA, Manuel Mamede de Almeida, *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, trabalho de seminário de Arquivística, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 1990 [versão dactilografada].

Sem pretender diminuir as mais-valias afectas a este tratamento arquivístico, há que apontar, não obstante, alguns problemas que não só dificultam a resposta às questões deixadas pela reflexão em torno dos percursos recentes como tornam necessária uma reformulação dessas mesmas questões: que consequências trouxeram o tratamento arquivístico e a intervenção dos arquivistas e de que forma influenciam a história que hoje é passível de ser escrita acerca dos grupos familiares representados no acervo? Ou, por outras palavras, de que modo vieram condicionar ou alterar a inteligibilidade do passado depositado no Arquivo?

Nesta linha, um primeiro aspecto a ter em consideração está relacionado com a inexistência de registos produzidos pelos próprios arquivistas responsáveis pelo tratamento do Arquivo Gama Lobo Salema que permitam, por um lado, conhecer o estado da organização do conjunto documental antes de este ter sido submetido ao trabalho arquivístico e, por outro, compreender as escolhas que estiveram por detrás da (re) organização do acervo.

Sem esquecer que a produção deste tipo de registos estaria ausente ou pelos menos pouco presente no rol das principais preocupações da prática arquivística na década de 70 do século passado, há que sublinhar a recente importância que lhe tem vindo a ser atribuída no contexto do *archival turn* e do *tourmant documentaire*.

Tal importância surge na sequência da chamada de atenção para o constante processo de reconstrução dos arquivos que explorámos anteriormente e da noção de que a integração de dado conjunto documental num arquivo-instituição (e a consequente intervenção dos arquivistas) surge como uma das mais cruciais etapas desse processo. Isto no sentido em que qualquer produto dessa intervenção (seja a selecção dos documentos que vão constituir um fundo, a organização desse fundo, a descrição dos registos ou a construção de ferramentas de recuperação de informação) leva necessariamente a uma metamorfose dos acervos ao incutir-lhes novas lógicas, funções e significados. O que faz dos arquivistas “mediadores activos”<sup>24</sup> que, ao alterarem a forma e a inteligibilidade dos arquivos, procedem, no fundo, a uma «edição do passado»<sup>25</sup>. Daí que Terry Cook defenda: “archivists will need to examine very consciously their choices in the archive-creating and memory-formation processes, and they will need to leave very clear records explaining their choices to posterity”<sup>26</sup>.

No que concerne o Arquivo Gama Lobo Salema, é-nos hoje impossível determinar com exactidão, por exemplo, se o acervo apresentava algum tipo de organização deixada pela última entidade conservadora antes do tratamento arquivístico e se, em apresentando, foi feito um esforço para manter essa organização depois da intervenção. Num sentido oposto, consideraram os arquivistas que o conjunto documental estaria (aparentemente) desorganizado – fruto, porventura, do seu atribulado percurso custodial? -, adoptando-se, por isso, uma nova organização? E em surgindo uma nova organização, quais foram os critérios valorizados pelos arquivistas? A restituição de uma ordem original, o facilitar da recuperação da informação?

<sup>24</sup> COOK, Terry, “The Archive(s) is a Foreign Country...”, p. 533.

<sup>25</sup> “Part II : Archives in the Production of Knowledge. Introduction”, in BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, p. 87.

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, COOK, Terry, “Remembering the Future: Appraisal of Records and the Role of Archives in Constructing Social Memory”, in BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (ed.), *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory. Essays from the Sawyer Seminar*, EUA, Michigan University Press, 2007, p. 173 cit. por JIMERSON, Randall, “Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice”, *American Archivist*, 69 (2006), p. 277.

De entre os resultados do trabalho arquivístico a que o acervo foi submetido, aquele que nos oferece maior número de pistas sobre estes problemas é o índice do *Inventário Sumário*<sup>27</sup>, o qual, na ausência de um quadro de classificação, é o elemento que mais se aproxima a este instrumento e, consequentemente, que mais nos informa acerca do “sistema representacional” (*representational system*)<sup>28</sup> por detrás da intervenção dos arquivistas:

Secção	Secção	Secção
<b><i>I – Documentos de família</i></b> 1. Gama Lobo 2. Salema	<b><i>IV – Títulos de instituições vinculares</i></b> 1. Gama Lobo 2. Salemas. Salemas de Alcácer Salemas de Alverca	<b><i>VII – Títulos de bens livres</i></b>
<b><i>II – Documentos pessoais</i></b> 1. Gama Lobo 2. Ascendentes e colaterais por linha feminina dos Gama Lobo: D. Maria de Almada, D. Clara de Brito, D. Francisca Teresa da Gaia, D. Antónia Maria Sousa de Mexia, D. Luísa Emília Pinto Barreiros	<b><i>V – Juízo das Capelas</i></b>	<b><i>VIII – Administração da Casa</i></b>
<b><i>III – Documentos pessoais</i></b> 1. Salemas de Alcácer do Sal. Linha de Brás (I) Salema 2. Linha de André Salema. 3. Linha de Brás (II) Salema 4. Linha de Brás (III) Salema 5. Família de Simão de Miranda Henriques 6. Salemas de Alverca. Linha de Inês Figueira 7. Ascendentes e colaterais dos Salemas de Alverca. Linha de Inês Figueira: D. Susana de Lemos, D. Luísa Godinho Cabral, D. Maria Coutinho, D. Isabel Inês de Saldanha e Noronha, D. Joaquina Josefa de Sousa Freire	<b><i>VI – Títulos de bens de vínculo</i></b> 1. Gama Lobo 2. Salemas de Alcácer 3. Salemas de Alverca 4. Bens vários	<b><i>IX - Anexos</i></b>

**Quadro 1**  
**Adaptação do índice do *Inventário Sumário***<sup>29</sup>

<sup>27</sup> PEREIRA, Manuel Mamede de Almeida, *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, trabalho de seminário de Arquivística, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 1990, pp. 24-25 [versão dactilografada].

<sup>28</sup> Este termo é utilizado por Elizabeth Yakel para definir o contexto de criação das “representações arquivísticas” (*archival representations*), entendidas não só como processos de ordenação e descrição da informação mas também como espelhos que reflectem os próprios arquivistas e as escolhas e noções que guiaram a sua intervenção (YAKEL, Elizabeth, “Archival representation”, *Archival Science*, vol. 3, nº 1 (2003), p. 2 e 24-25). Nesse sentido, dado “sistema representacional” permite-nos, enquanto ferramenta, conhecer o conjunto documental representado e, enquanto «fonte», compreender as práticas arquivísticas que levaram à sua constituição.

<sup>29</sup> PEREIRA, Manuel Mamede de Almeida, *Inventário Sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, trabalho de seminário de Arquivística, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 1990 [versão dactilografada].



Como tem vindo a demonstrar a literatura dedicada aos arquivos de família, a produção de quadros de classificação que representem este tipo de acervos vê-se confrontada com vários obstáculos, erguidos, por um lado, pela complexidade, diversidade e heterogeneidade dos conjuntos documentais e, por outro, pela resistência a “representações arquivísticas” (*archival representations*)<sup>30</sup> imbuídas de noções construídas sobretudo a partir das realidades que caracterizam os arquivos institucionais, oficiais ou estatais<sup>31</sup>. Aliás, como escreve Armando Malheiro, é precisamente aqui que reside a “natureza paradigmática” destes arquivos que, ao saírem do “esquema normativista”, colocam “graves e insolúveis questões à Arquivística descritiva vigente”<sup>32</sup>.

Sem pretender esgotar as exigências de desconstrução impostas por estas “graves e insolúveis questões”, utilizamos o «índice-quadro de classificação» do AGLS para ilustrar apenas um conjunto de problemas que, no caso deste acervo, condiciona de forma significativa a inteligibilidade do arquivo. No geral, podemos enquadrar tal conjunto de problemas numa tendência arquivística mais lata que se corporiza na criação de «ilusões de ordem» ou, como escreve Terry Cook, no esconder do «caos» que muitas vezes caracteriza os conjuntos documentais: “archivists (...) have traditionally masked much of the messiness of records (and their creating entities) from researchers, presenting instead a well-organized, rationalized, monolithic view of a record collection (or fonds) that very often never existed that way in operational reality with its original creator or creators”<sup>33</sup>.

Encontramos um resultado desta «ilusão de ordem» no claro privilégio concedido aos Gama Lobo e aos Salema, famílias consideradas como «ramos principais» em torno dos quais a totalidade da documentação foi organizada. Sem questionar a centralidade destes grupos familiares no arquivo (a nível quantitativo, são de facto estes os grupos mais representados), este privilégio desembocou na quase completa omissão das restantes famílias – cerca de três dezenas - presentes no acervo, tornando impossível não só identificá-las sem percorrer a totalidade do inventário<sup>34</sup> como visualizar as relações que mantiveram entre si.

Como consequência, o «índice-quadro de classificação» acaba por obliterar uma das principais características que definem os arquivos de família, os “arquivos dentro de arquivos”<sup>35</sup>, progressivamente construídos através de diversos processos de que o exemplo mais comum é a união matrimonial dos grupos familiares e a subsequente incorporação de documentação produzida, recebida e/ou preservada

<sup>30</sup> *Idem*.

<sup>31</sup> Sobre este assunto ver artigo de Terry Cook que parte da seguinte questão: “os princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos?” (COOK, Terry, “Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno”, in *Revista Estudos Históricos*, vol. 11, nº 21, 1998, p. 129).

<sup>32</sup> SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico – Metodológicas para uma abordagem científica”, in *Arquivos de Família e Pessoais. Seminário*, Vila Real, Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1997, p. 51.

<sup>33</sup> COOK, Terry, “The Archive(s) is a foreign country...”, p. 528.

<sup>34</sup> As subsecções denominadas “ascendentes e colaterais”, que incorporam documentação produzida, recebida e/ou conservada pelas famílias das mulheres que casaram com membros das famílias Gama Lobo e Salema, são as únicas que nos permitem conhecer alguns dos restantes grupos familiares presentes no acervo. Não obstante, estas subsecções não só não esgotam a totalidade dos registos ligados tanto às esposas como às suas famílias – alguns destes registos encontram-se acoplados aos “documentos pessoais” relativos aos maridos – como excluem os documentos de outros grupos familiares que foram incorporados no AGLS por outras vias que não o casamento.

<sup>35</sup> LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu, “Archivos Nobiliarios”, in *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000, p. 19.

por uma família no arquivo do núcleo familiar a quem se uniu. Existem, no entanto, outros tipos de incorporação.

Um deles, que é também o que melhor ilustra a complexidade dos processos de constituição dos arquivos de família, é facilmente identificável no «índice-quadro de classificação» visto que foge à lógica do esquema criado pelos arquivistas para as subsecções dos chamados “documentos pessoais” (secções II e III), organizadas quer em torno dos Gama Lobo ou dos Salema (e respectivas “linhas”), quer a partir dos designados “ascendentes e colaterais” das esposas de membros daqueles dois núcleos.

Referimo-nos, em concreto, à subsecção 5 da secção III, denominada “Família de Simão de Miranda Henriques”, cujo pano de fundo remonta a 1639 quando Simão de Miranda Henriques casou com D. Lourença Salema, filha de João Salema e neta de Brás Salema (identificado no «índice-quadro de classificação» como “Brás (II) Salema” e como «fundador» de uma das linhas dos Salema). Na continuação directa da sucessão deste casal surgiu como representante da família Fernando Xavier de Miranda Henriques († 1794), que foi também agraciado com o título de 2º Conde de Sandomil por herança de um tio. Ainda em vida deste último, tanto o título como a administração da Casa, foram transferidos para o seu filho, Luís de Miranda Henriques, 3º Conde de Sandomil, que, no entanto, veio a falecer cerca de um ano antes do pai<sup>36</sup>.

Sem descendência apta a dar continuidade à linhagem, depressa se abriu uma crise sucessória, agravada pelas reivindicações de vários parentes que reclamavam a posse do património e do título. Um desses parentes foi José Maria Salema Lobo de Saldanha e Sousa Cabral e Paiva (descendente dos Salema de Alverca e da “linha” de Inês Figueira mencionados na subsecção 6 da secção III do «índice-quadro de classificação»), reconhecido como herdeiro de um dos principais morgadios da Casa dos Miranda Henriques, instituído em 1586 por Diogo Salema (este Diogo Salema era, por seu turno, descendente dos Salemas de Alcácer do Sal e da “linha” de Brás (I) Salema referidos na subsecção 1 da secção III).

Como consequência, vários documentos que estavam incorporados no cartório do último representante legítimo dos Miranda Henriques (António Xavier de Miranda Henriques, Patriarca eleito) à data da sua morte (c. 1815), foram trasladados para o arquivo dos Salema<sup>37</sup>. À primeira vista, seria de assumir que fossem estes os documentos que hoje compõem a subsecção “família de Simão de Miranda Henriques”, o que se verifica efectivamente. No entanto, esta não é a única que integra registos trasladados.

De facto, todas as subsecções da secção III com excepção dos n.ºs 2 (“Linha de André Salema”), 6 (“Salemas de Alverca – Linha de Inês Figueira”) e 7 (“Ascendentes e colaterais dos Salemas de Alverca – Linha de Inês Figueira”) são exclusivamente constituídas por documentação que estava no cartório dos Miranda Henriques, às quais se juntam várias outras subsecções das restantes secções que, no seu conjunto, correspondem ao núcleo mais antigo do acervo (relativo aos sécs. XIV, XV e XVI).

O que nos leva a sublinhar a importância de construir quadros de classificação que, mais do que facilitar a recuperação de informação, ilustrem a complexidade dos processos de constituição dos arquivos e a relação estabelecida entre os documentos e as suas entidades produtoras de forma a evitar imprimir na inteligibilidade dos acervos lógicas factícias que, por seu turno, vão influenciar a forma como é passível de ser escrita a História das famílias.

<sup>36</sup> Sobre os Miranda Henriques ver mais adiante, p. 369 e seguintes.

<sup>37</sup> É-nos hoje possível determinar quais os documentos que foram trasladados mediante a comparação dos registos conservados no AGLS com o inventário do cartório de António Xavier de Miranda Henriques produzido pelo Padre João Filipe da Cruz em 1815: ANTT, “Inventário geral dos papéis que se acharam por falecimento do Excelentíssimo e Ilustríssimo Principal D. António Xavier de Miranda Henriques Patriarca Eleito...”, *Feitos Findos*, Livros dos Feitos Findos, liv. 246.

### *As famílias*

Apesar desta influência, o Arquivo Gama Lobo Salema não vê a sua riqueza diminuída enquanto repositório de testemunhos que nos permitem acompanhar a história social e os percursos de diferentes grupos familiares do Antigo Regime actualmente pouco conhecidos ou mesmo ignorados, contemplando não só uma cronologia larga, que se estende ao longo de cerca de sete séculos, mas também contextos geográficos distintos, associados sobretudo às áreas de Lisboa, Setúbal, Almada, Alcácer do Sal, Torres Vedras, Alverca, Olivença, entre outros dentro dos limites do Reino português e fora deles (com a presença de alguns membros de várias famílias além-mar na Índia, África, Brasil).

Sem ignorar estas variações cronológicas e geográficas, parecer ser possível traçar pelo menos duas características comuns partilhadas pela maior parte das famílias representadas no Arquivo Gama Lobo Salema: uma primeira, relacionada com o posicionamento na esfera da média nobreza local não titulada (sendo que, até ao momento, só nos foi possível identificar uma família detentora de título, os já mencionados Miranda Henriques, Condes de Sandomil durante duas gerações entre meados e finais do século XVIII); e uma segunda, marcada pela estreita proximidade à Coroa e pelo desempenho de cargos de nomeação régia, alguns dos quais foram mantidos dentro da mesma família ao longo de quase três séculos, criando autênticas «linhagens» de oficiais.

Caso ilustrativo é o dos Gama Lobo, cavaleiros-fidalgos e fidalgos-cavaleiros da Casa d'el Rei, detentores do ofício de escrivão da Casa da Índia e Mina pelo menos desde 1534, data em que Estevão da Gama († 1567), casado com Eufrázia Pereira Lobo, obtém do Rei autorização para legar o dito ofício ao seu filho mais velho após o seu falecimento<sup>38</sup>. Assim o conservaram até a primeira metade do século XVII quando passaram a ocupar a função de escrivão da Fazenda e Assentamento do Reino (depois herdada pelos Gama Lobo Salema em finais do século XVIII e conservada até inícios de Oitocentos). Em simultâneo a esta alteração de funções, os Gama Lobo criaram também ligações à Ordem de Cristo enquanto cavaleiros e, mais tarde, comendadores de S. Pedro de Trancoso<sup>39</sup>.

Tais ligações às ordens militares surgem, na realidade, como outra característica relativamente comum partilhada por algumas das famílias analisadas, como, por exemplo, os Salema, igualmente cavaleiros da Ordem de Cristo (alguns comendadores da mesma Ordem<sup>40</sup>) e também da Ordem de Santiago.

Ainda à semelhança dos Gama Lobo, a quem se uniram por matrimónio em 1760, estes Salema, fidalgos de cota de armas<sup>41</sup>, fidalgos e cavaleiros-fidalgos da Casa d'el Rei e das Casas de alguns Infantes,

<sup>38</sup> Traslado da autorização de 1534 contido numa carta de mercê de ofício passada a 28.07.1567 a Fernão Gomes da Gama, sucessor de seu pai, Estevão da Gama: *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 2, p. 3.

<sup>39</sup> O primeiro cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador de S. Pedro de Trancoso de que temos notícia é Fernão Gomes da Gama, neto de Estevão da Gama, que é também o primeiro escrivão da Fazenda e Assentamento do Reino. Sabemos que a Comenda de S. Pedro de Trancoso lhe foi atribuída em 1650 (carta de mercê conservada em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 2, p. 6), Comenda essa que, à semelhança do ofício de escrivão, se manteve na família até finais do século XVIII.

<sup>40</sup> Entre os comendadores encontramos João Salema que, em Novembro de 1600, recebeu a Comenda de S. Gião de Lobão do Bispo de Viseu depois de cumprir um ano de serviço em Ceuta, serviço esse que foi exigido pelo Rei como condição da atribuição da Comenda (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 10, p. 71).

<sup>41</sup> Conservou-se no AGLS um traslado, passado a 10.07.1558, da carta de armas atribuída a Cristóvão Salema em 1535 (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 1, p. 2). Segundo Alão de Moraes, tanto o apelido como as armas estão directamente relacionados com a conquista de Alcácer do Sal, sendo que "é tradição que foram dos primeiros que a ajudaram a tomar aos mouros e que, por isso, tomaram o castelo das armas e o apelido dos peixes [de nome Salemas, criados no rio da vila], o que é antiquíssimo": ALÃO DE MORAES, *Pedatura Lusitana*, vol. III, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1997, p. 327.

estreitaram a sua proximidade à Coroa através do desempenho de diversos cargos de relevância. Entre eles contam-se, a título exemplificativo, os ofícios de desembargador do Paço, tesoureiro mor do Reino, tesoureiro da Rainha, corregedor da Corte ou ainda assento no Conselho Real.

Em paralelo (e já num sentido algo inverso ao percurso dos Gama Lobo), este grupo familiar foi também responsável pela instituição e administração de importantes morgadios e capelas, a maioria dos quais localizada em Setúbal e Alcácer do Sal.

Foi naquela primeira vila, mais precisamente na Igreja de Santa Maria da Graça, que Diogo Salema († c.1586), cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador do Paço e do Conselho d'el Rei, e a sua mulher, Maria Salema, mandaram construir a capela do Santíssimo Sacramento em testamento datado de 1586, vinculando vários bens em morgadio com obrigação de missa quotidiana e de anexação de metade da terça<sup>42</sup>.

Alcácer do Sal foi, por seu turno, o local eleito por Tomé Salema, cavaleiro da Ordem de Santiago e provedor e contador das rendas e direitos régios na capitania do Espírito Santo do Brasil<sup>43</sup>, para afectar os seus encargos pios, mandando em seu testamento rezar missas na Igreja da Nossa Senhora da dita vila (às quais juntou ainda outras que se haviam de dizer no Altar Mor da Igreja da Misericórdia de Lisboa no dia do seu falecimento)<sup>44</sup>.

A par destas prescrições espirituais, Tomé Salema, que parece não ter chegado a casar nem a gerar sucessão, determinou também que os administradores da sua fazenda, transformada em morgadio no mesmo testamento, ficassem obrigados a comprar umas casas em Coimbra e a pagar os estudos, nessa mesma cidade, a dois parentes que usassem o apelido «Salema», que trouxessem as armas da família, que fossem “moços de boa ideia e de boas manhas e costumes e tementes a Deus” e que quisessem “trabalhar por aprender”<sup>45</sup>. Os primeiros a usufruir desta determinação foram Diogo Salema e António Salema, sobrinhos do instituidor que, ao tempo da feitura do testamento, já tinham iniciado os estudos em Coimbra. Depois de se fazerem “licenciados e doutores”, estes sobrinhos poderiam continuar a receber uma “renda” até serem providos de um cargo ou ofício, altura em que a dita “renda” seria transferida para outros parentes e assim sucessivamente<sup>46</sup>.

Em alternativa à criação de capelas ou morgadios, alguns membros desta família optaram por empenhar o seu património em legados caritativos e piedosos, como foi o caso de Rui Salema, irmão de Tomé, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa do Infante D. Luís (irmão de D. João III) e depois da Casa d'el Rei, e da sua mulher e prima, Catarina Salema (ou Catarina Sotomaioir<sup>47</sup>).

<sup>42</sup> Testamento de Diogo Salema, feito a 09.02.1586 e preservado no AGLS unicamente em traslados, um integral do século XVI (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 9, p. 63), outro parcial de 1602 e dois, também parciais, datados de 1832 (estes últimos três em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx.17, p. 135). Como vimos, foi este o morgadio que esteve no centro da contenda entre os Salema e os Condes de Sandomil em finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte (vd. *supra*, p. 366).

<sup>43</sup> Carta de mercê deste ofício, datada de 12.05.1552, em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 9, p. 60, e respectivo traslado, produzido em Junho de 1825, em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 13, p. 113. Doze anos antes, Tomé Salema, Diogo Salema, seu irmão e Rui Salema, seu primo, receberam várias terras em sesmaria na mesma capitania do Espírito Santo do Brasil (traslado da carta de sesmaria, feito em 1825, em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 13, p. 113).

<sup>44</sup> Testamento original de 13.10.1559, escrito e assinado por Tomé Salema, em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 9, p. 60.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> *Idem*. Sabemos que esta sucessão nem sempre decorreu de forma pacífica, como demonstram três feitos, datados de 1565, 1632 e 1736, que envolveram os parentes estudantes e os administradores do morgadio (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 16, p. 127).

<sup>47</sup> No contrato de casamento, datado de 1537, a mulher de Rui Salema é referida como Catarina (Rosa) Salema (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 9 p. 61). Em documentos posteriores, a esposa surge identificada como Catarina Sotomaioir (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 17, p. 137), parecendo tratar-se da mesma pessoa.

Sem descendência, este casal foi responsável por pelo menos duas grandes obras, ambas provavelmente arquitectadas a partir da década de 60 do século XVI: a edificação do hospital da Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal, com doação de várias propriedades para seu sustento<sup>48</sup>, e a construção do Mosteiro de Santa Clara<sup>49</sup> da mesma vila (posteriormente identificado como Convento de Nossa Senhora de Ara Coeli), igualmente dotado de vários bens<sup>50</sup>. Tais obras – em particular, esta última - traduziram-se em diversos benefícios para o casal fundador, benefícios esses que passaram, entre outros, pelo padroado do Mosteiro; pela “graça especial”, válida durante a vida de ambos, de aprovar a admissão das noviças e servidoras que viessem a entrar no Mosteiro; pela obrigação de diversas missas; ou, ainda, pela reserva do direito de sepultura na capela mor do mesmo Mosteiro<sup>51</sup>.

Igual estratégia piedosa foi adoptada pelos Queimado Vilalobos, descendentes de Maria Anes Escolar, mulher de Vasco Queimado, que, depois de viúva, terá patrocinado a construção do Mosteiro de São Francisco de Setúbal, iniciada no dealbar de Quatrocentos. Tal patrocínio é-nos dado a conhecer por intermédio de uma inquirição de testemunhas mandada fazer na década de 70 do século XV pelo neto da instituidora, Vasco Queimado Vilalobos, com o intuito de provar precisamente o papel desempenhado pela sua avó na “bem feitura e fundamento e começo” do Mosteiro e de, conseqüentemente, obter “recado e memória assim por honra sua e de sua linhagem e filhos e netos por bem de seus jazigos e enterramentos que espera fazer em o dito mosteiro”<sup>52</sup>.

Este Vasco Queimado Vilalobos († 1478), filho de Vasco Queimado e de Isabel de Vilalobos, foi fidalgo da Casa d’el Rei, guarda-mor do Infante D. Pedro, camareiro e do Conselho dos Duques Filipe e Carlos de Borgonha depois de Alfarrobeira e, também ele, patrocinador de uma fundação pia, desta feita de um hospital para pobres em Santa Maria da Anunciada de Setúbal<sup>53</sup>. Sucedeu-lhe o seu filho legitimado, Vasco Queimado Vilalobos, o qual, por seu turno, foi pai de Maria Queimada, através de quem os Queimado Vilalobos se uniram aos Miranda Henriques em finais do século XV<sup>54</sup>.

O primeiro Miranda Henriques representado no AGLS parece ser o pai de Simão de Miranda Henriques, esposo de Maria Queimada, de nome Aires de Miranda<sup>55</sup>, que, para além de gozar de assento no conselho

<sup>48</sup> Escritura de doação de 26.06.1568 em *Arquivo da Misericórdia de Alcácer do Sal, Família Salema*, cod. 28, mç. 1, fl. 1-4v (transcrito em PAIVA, Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2005, vol. 4, pp. 596-598).

<sup>49</sup> O Mosteiro, erguido entre 1568 e 1573, foi construído nos paços velhos de Alcácer, então pertencentes à Ordem de Santiago. Para tal obra, Rui Salema e Catarina Salema obtiveram autorização do Rei, que impôs algumas condições como, por exemplo, a reserva do direito régio de nomear uma filha de um cavaleiro da Ordem para se fazer freira no Mosteiro ou a obrigação de permitir a ocupação militar do edifício religioso em tempo de guerra: carta de mercê datada de 21.05.1568 em (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 17, p. 137 (documento incompleto com corte da margem direita).

<sup>50</sup> Rui Salema e Catarina Salema doam às religiosas do Mosteiro a Quinta de Arapouco e suas pertenças com a condição de que o dito Mosteiro permanecesse sempre em Alcácer do Sal e de que a Quinta não fosse alienada nem utilizada para outros fins que não o sustento do Mosteiro (traslado [06.03.1801] da carta de doação datada de 03.06.1573 em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 17, p. 137).

<sup>51</sup> Estes benefícios foram confirmados em 1578 por carta de Frei Filipe de Jesus, comissário da Província dos Algarves da Ordem de S. Francisco: *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 17, p. 137.

<sup>52</sup> Inquirição de testemunhas datada de 15.04.1473 (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 17, p. 136).

<sup>53</sup> Traslado (26.06.1478) do testamento de Vasco Queimado Vilalobos, feito a 20.06.1478 em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 12, p. 88.

<sup>54</sup> Contrato de casamento, datado de 31.01.1498, em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx.12, p. 88.

<sup>55</sup> É provável que este Aires de Miranda seja o mesmo que, juntamente com a sua mulher, Briolanja Henriques, mereceu uma referência na crónica de Garcia de Resende: “...e em vindo el Rei da Sé com o Príncipe e o Duque e com muito grande estado lhe saiu à rua cantando com um pandeiro na mão Dona Briolanja Henriques, dona muito honrada mulher de Aires de Miranda; e el Rei com prazer a tomou nas ancas da mula e a levou assim com muito honra onde a Rainha estava...” (RESENDE, Garcia de, *Vida e Feitos d’el-Rei Dom João Segundo*, ed. crítica de Evelina Verdelho, Coimbra, CELGA – FL-UC, 2007, p. 151. [Em linha. Consult. 22 Março 2012]. Disponível em <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidafeitos>).

d'el Rei, foi também alcaide-mor de Vila Viçosa e fronteiro e capitão da mesma vila a partir de 1484<sup>56</sup>. Do seu filho sabemos apenas que foi fidalgo da Casa d'el Rei como o foram o seu neto, Fernão de Miranda Henriques, casado com Isabel Mascarenhas, e o seu bisneto, Simão de Miranda Henriques († c. 1600, cc. Sebastiana Rebelo) que acumulou também funções no conselho real e o ofício de camareiro do Rei.

Duas gerações depois nasce Simão de Miranda Henriques (filho de Fernão de Miranda Henriques e de Maria de Meneses) que, como já tivemos oportunidade de verificar, concretiza a união aos Salema ao casar com D. Lourença Salema em 1639. Para além de fidalgo-cavaleiro da Casa d'el Rei e do assento no conselho régio, Simão esteve também na posse do cargo de governador da praça de Setúbal e gozou do estatuto de comendador da Ordem de Cristo, estatuto esse que foi mantido pelo seu filho, Fernando de Miranda Henriques (cc. Helena Manuel de Mendonça), e pelo seu neto, Luís de Miranda Henriques (cc. Madalena Luísa de Bourbon).

A este último casal sucede Fernando Xavier de Miranda Henriques († 1794) que, por morte de um tio materno, Pedro Mascarenhas, herda o título de 2º Conde de Sandomil. Do casamento com Violante Maria Josefa de Melo o AGLS dá-nos notícia de duas filhas, Inês Maria e Ana Joaquina, que se fizeram freiras, e dois filhos, António Xavier de Miranda Henriques, Patriarca eleito de Lisboa, e Luís de Miranda Henriques, brigadeiro e governador da praça de Cascais. Como vimos anteriormente, Luís encarregou-se da administração da Casa e tomou para si o título de Conde<sup>57</sup> ainda em vida do pai mas veio a falecer em 1793 sem deixar geração ou pelo menos descendentes aptos a suceder.

Antes de Fernando Xavier, 2º Conde, faleceram também um filho ilegítimo, António José de Miranda, e uma filha deste último, restando-lhe apenas António Xavier, Patriarca, o qual tentou fazer seu sucessor pedindo à Rainha uma exceção à lei de 9 de Setembro de 1769 que impedia os eclesiásticos seculares de darem continuidade à administração das Casas<sup>58</sup>. Não obstante os seus esforços e como já tivemos oportunidade de verificar, a morte do Patriarca (c. 1815) marcou o fim da linhagem dos Miranda Henriques e do título de Conde de Sandomil, isto para proveito de alguns parentes como os Salema que, depois de um moroso pleito, foram declarados legítimos herdeiros do morgadio de Diogo Salema.

### *Práticas documentais, usos, funções e significados do arquivo*

Tal pleito entre os Miranda Henriques e os Salema, para além de ilustrar o cariz “litigioso” das famílias nobres de Antigo Regime<sup>59</sup> e a importância das estratégias litigantes para o engrandecimento das Casas, leva-nos a reflectir não só acerca do papel estrutural desempenhado pelos arquivos de família no percurso dos grupos familiares mas também das práticas documentais e dos usos, funções e significados que foram sendo atribuídos aos documentos reunidos em arquivo.

Isto na medida em que tanto as consequências dos litígios como a sua preparação motivaram transformações nos acervos, utilizados e valorizados na sua função de “*muniments*”<sup>60</sup>, isto é, na qualidade de

<sup>56</sup> Carta de mercê do ofício de fronteiro e capitão de Vila Viçosa datada de 07-05-1484 em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 12, p. 87.

<sup>57</sup> Em 1790 D. Maria faz mercê a Luís de Miranda Henriques de uma vida no título de Conde de Sandomil (carta de mercê em *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 10, p. 79).

<sup>58</sup> Minuta da representação de Fernando Xavier de Miranda Henriques (*Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 10, p. 77).

<sup>59</sup> LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu, “Archivos Nobiliarios”..., p. 18

<sup>60</sup> KETELAAR, Eric, “Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony”, in *Arch Sci*, 7, 2007, p. 345.

instrumentos de poder que, ao serviço da administração da Casa, eram manipulados de acordo com a sua capacidade de provar direitos e privilégios.

Ao nível das consequências, a contenda entre os antigos Condes de Sandomil e os Salema trouxe, por exemplo, a construção de novas camadas de inventariação nos cartórios das duas famílias. Depois da morte do último representante do primeiro grupo familiar, António Xavier de Miranda Henriques († c. 1815), o seu arquivo, que continha aproximadamente 1800 documentos, foi reorganizado e inventariado pelo Padre e perito paleógrafo João Filipe da Cruz precisamente com o intuito de facilitar a distribuição dos registos, devidamente numerados e reunidos em maços, por aqueles que tinham sido considerados legítimos herdeiros do património dos Miranda Henriques<sup>61</sup>.

De igual modo, depois da integração dos registos oriundos do cartório de António Xavier no arquivo dos Salema, os administradores desta última Casa adicionaram-lhes uma nova «etiqueta» de inventariação, que acrescenta àquilo que parece ser a numeração produzida por João Filipe da Cruz (por exemplo, «Maço 10, Nº 2») a indicação do morgadio a que diziam respeito (“Morgado de Diogo Salema, Maço 10, Nº 2”)<sup>62</sup>. Não nos foi ainda possível estabelecer, no entanto, se todos os documentos transferidos do primeiro cartório foram incorporados no segundo ou se foram alvo de um processo de selecção/destruição semelhante àquele elaborado pelo paleógrafo. Em tendo sido, quais terão sido os critérios utilizados para distinguir os documentos que deviam ser preservados daqueles que se tornaram obsoletos?

Mais claros são os vestígios deixados pela preparação dos pleitos, a qual implicou a identificação dos registos existentes nos arquivos que suportassem os argumentos por detrás das reivindicações, assim como a compilação de informação e a criação de mecanismos que facilitassem a sua recuperação.

A par dos inventários, outro desses mecanismos corporiza-se nos sumários comentados dos documentos que foram julgados pertinentes no contexto das contendas, cuja maioria parece ter sido produzida entre finais do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. Encontramos um exemplo ilustrativo em torno do testamento de Diogo Fernandes Salema, feito a 25 de Julho de 1642, no qual se faz referência a uma Quinta de Telheiras que foi incorporada no morgadio do testador mas que, algures entre a sua morte e inícios do século XIX, deixou de ser pertença dos Salema.

Passado o primeiro quartel de Oitocentos, e com a intenção clara de recuperar a dita Quinta, o testamento e o respectivo traslado (datado de 1647) foram cuidadosamente analisados pelos administradores da Casa, resumidos em dois apontamentos avulsos contendo informações sobre o testador e breves sumários do conteúdo do documento e, por fim, reunidos dentro de um maço em cuja «capa» se pode ler o comentário seguinte:

*“Morgado instituído por André Bogalho Sobrinho e sua mulher Damiana Pereira em 1575 da sua quinta de Telheiras e suas anexas / Tem todo o direito a este morgado esta casa de Salemas e que deve ter vida à vista dos documentos juntos, que constituem este maço; que se não deve ter mais em esquecimento como*

<sup>61</sup> João Filipe da Cruz criou 32 maços tipológicos (maço de “Mercês”, maço de “Testamentos”, etc.) contendo os sumários e respectiva numeração dos documentos que considerou “interessantes”, aos quais se adicionaram 6 maços de registos “insignificantes” que não foram sumariados nem numerados. Ausentes do inventário ficaram os documentos julgados “inteiramente inúteis” que, por essa razão, foram “dilacerados e queimados” com a autorização dos testamenteiros: ANTT, “Inventário geral dos papéis que se acharam por falecimento do Excelentíssimo e Ilustríssimo Principal D. António Xavier de Miranda Henriques Patriarca Eleito...”, *Feitos Findos*, Livros dos Feitos Findos, liv. 246.”

<sup>62</sup> Ao que tudo indica, a maior parte dos registos incorporados recebeu esta «etiqueta» se bem que incompleta, faltando os números de maço e documento. Identificámos apenas um caso em que estes números foram preenchidos, os quais correspondiam àqueles atribuídos por João Filipe da Cruz.

*até hoje se tem praticado/ Pertença do morgado de Diogo Fernandes Salema. Para exame. Desate-se o maço e leiam-se as excelentes memórias e documentos / É muito importante*<sup>63</sup>

Dos vários eixos de reflexão que poderíamos extrair deste exemplo, sublinhamos, no seguimento das ideias exploradas no início do texto, a abrangência dos processos de reconstrução dos documentos dentro dos arquivos, a qual não se esgota na reorganização, inventariação ou eventual destruição de registos, contemplando também metamorfoses ao nível dos usos, funções e significados que lhes foram sendo atribuídos ao longo do seu percurso de conservação. Já longe do contexto que presidiu à produção do testamento de Diogo Fernandes Salema em meados de Seiscentos, as conjunturas que caracterizaram a situação da Casa e as estratégias (administrativas e arquivísticas) desenvolvidas pelos seus representantes aproximadamente dois séculos depois vieram redefinir o valor do documento, adicionando-lhes uma segunda camada de usos, funções e significados.

E esta camada vai para além da utilidade administrativa do testamento com o apelo à leitura das “exce-lentes memórias”, revelando-se aqui uma outra faceta dos arquivos, aquela que os leva a serem concebidos como “*monuments*”, isto é, como um “património cultural” legado de geração em geração que congrega em si uma memória colectiva e uma “consciência familiar” que, por seu turno, reforçam uma identidade social partilhada enquanto símbolos da história, do estatuto e do valor da linhagem<sup>64</sup>.

Daí que o historiador ou o arquivista que proceda à análise historiográfica ou ao tratamento do referido testamento deva evitar esgotar o seu enfoque no conteúdo textual do documento sob pena de ignorar uma multiplicidade de outros aspectos que são parte integrante do registo e que, por isso, o definem.

## Conclusões

Mesmo longe de abarcar a plenitude dos temas e problemas passíveis de serem evocados no que ao Arquivo Gama Lobo Salema diz respeito, cremos ter ilustrado alguns dos principais tópicos de estudo e reflexão actualmente explorados por uma frutífera linha de investigação que une uma Ciência Arquivística renovada a uma Historiografia cada vez mais sensível a história dos arquivos.

De entre eles destacam-se, desde logo, as vantagens inerentes à produção de trabalhos que tenham como epicentro os arquivos de família que, para além de revelarem passados actualmente pouco conhecidos ou ignorados por uma Historiografia construída sobretudo a partir dos conjuntos documentais estatais, públicos ou oficiais, convidam, pela complexidade e heterogeneidade que lhes é inerente, a uma desconstrução de noções e pressupostos longamente tidos como *evidentes* tanto pela História como pela Arquivística. De facto, umas das poucas evidências, se não a única, actualmente permitida pela literatura pós-modernista que lidera o estado da arte sobre estas matérias reside precisamente no carácter problemático dos arquivos em geral, carácter esse que, por seu turno, torna a história escrita por intermédio dos arquivos, também ela, problemática.

É esta ideia que leva Francis Blouin Jr. a perguntar: “What, then, is the *authority* of the records in validating a historical understanding?”<sup>65</sup>

<sup>63</sup> *Arquivo Gama Lobo Salema*, cx. 13, p. 98

<sup>64</sup> KETELAAR, Eric, “Muniments and monuments...”, p. 345.

<sup>65</sup> BLOUIN JR., Francis X., “History and Memory...”, p. 297. Sublinhado nosso.